



-----ATA Nº6/2015-----

-----Aos vinte e seis dias do mês de dezembro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

-----Ponto um: Autorização para a celebração do contrato interadministrativo – aditamento – atribuição direta (livros e material escolar) da ação social – ano letivo 2014/2015;-----

-----Ponto dois: Autorização para a celebração do contrato interadministrativo – segundo aditamento – atribuição de auxílios económicos diretos (livros e material escolar) aos alunos do 1º ciclo no âmbito da ação social – ano letivo 2014/2015;-----

-----Ponto três: Atribuição para a celebração do contrato interadministrativo – atribuição de verba para a vigilância em transporte escolar assegurado em autocarros do município, alimentação e gestão em refeitórios escolares e desenvolvimento de atividades de animação de apoio à família da educação pré-escolar – ano civil 2015 – contrato interadministrativo de delegação de competências;-----

-----Ponto quatro: Aprovação das opções do plano, proposta do orçamento para o ano 2015 e plano plurianual de investimentos (PPI);-----

-----Ponto cinco: Aprovação da ata em minuta.-----

-----O Presidente da Mesa deu início à sessão com a leitura da ata da sessão anterior, que já tinha sido aprovada por unanimidade em minuta na Assembleia de vinte e seis de setembro de dois mil e catorze. Concluída a leitura da ata, o eleito da CDU, Alexandre Marques, chamou a atenção para o cumprimento da Lei 75/2013 quanto ao registo na ata do resultado das votações, o que não se verifica na ata lida e na minuta enviada à Câmara Municipal sobre o ponto quatro, referente às alterações de trânsito. O Presidente da Mesa informou que se iria proceder às respetivas correções e deu por encerrada a discussão da ata. Logo interveio o eleito da CDU, Manuel Pinto, que lembrou a necessidade de proceder à votação da ata acabada de ler, tendo o Presidente da Mesa respondido que a mesma já tinha sido aprovada em minuta. Manuel Pinto protestou e defendeu que uma coisa é a minuta e outra é a ata na íntegra, pelo que teria que ser votada, tal como é dito no último parágrafo da leitura feita. A sua pretensão não foi atendida e o Presidente da Mesa deu continuidade aos trabalhos. Iniciou-se o período de antes da ordem do dia, que registou duas intervenções. O eleito da CDU, Alberto Pereira, começou por enaltecer a resolução do buraco da Rua Albano Martins Coelho Lima e a alteração do telhado da Escola E.B. 2,3 de Pevidém. Perguntou se a Junta tem insistido junto da EDP para ligar os postes junto da igreja de S. Brás, Rua do Bairro, junto ao Restaurante Ferreiro e na Rua de S. Jorge e questionou ainda a Junta sobre a razão de colocar o corrimão na Rua da Moura, no lado oposto às habitações. A eleita da CDU, Anabela Pereira, referiu que gostaria que lhe fosse enviado o Regimento da Assembleia, com as novas alterações. O Presidente da Junta, Angelino Salazar, informou que a Junta tudo fará para a resolução da iluminação das Ruas acima mencionadas. No que se refere à Rua de S. Jorge, a situação atual encontra-se nesse estado por solicitação do anterior executivo. Quanto à Rua da Moura, o Presidente da Junta, justificou que o corrimão não está do lado das habitações, devido à valeta e à forte inclinação da estrada. Informou ainda que, antes da colocação desta infraestrutura, a Junta perguntou aos moradores a sua opinião e os mesmos afirmaram que todos circulavam do lado direito.-----

-----Deu-se início à ordem de trabalhos.-----

-----Para o ponto um da ordem de trabalhos, foi registada uma intervenção. O eleito da CDU,

Alexandre Marques, questionou qual a razão para a verba não ser transferida diretamente da Câmara para a Associação de Pais. O Presidente da Junta esclareceu o deputado da CDU, informando que não existe enquadramento legal para que essa transferência seja direta entre a Câmara Municipal e a Associação de Pais, e, por este motivo, a Junta ao abrigo da lei 75 de 2013, recebe a verba e transfere na íntegra para os destinatários. O Presidente da Mesa pôs à votação o primeiro ponto, que foi aprovado por unanimidade.-----De seguida, o Presidente da Assembleia pôs à votação o segundo e terceiro ponto da ordem de trabalhos e ambos foram aprovados por unanimidade.-----No quarto ponto da ordem de trabalhos, o Presidente da Junta fez um resumo dos documentos em discussão. Seguiram-se as intervenções dos membros da Assembleia. O deputado da CDU, Alexandre Marques, referiu que o plano de 2015 pouco difere do ano anterior, e que, por este motivo, o plano deveria ser, para o ano e não para o mandato. Questionou se a verba de 15 mil euros, referida no PPI, é referente à 1ª fase do alargamento do cemitério e se é intenção da Junta retirar os espaços verdes para colocar sepulturas. Quanto à 2ª fase do alargamento, o deputado reforçou que a Junta deverá reunir todos os esforços, tal como os executivos anteriores fizeram, considerando que, neste momento, é a vez deste Executivo trabalhar e fazer o que é melhor para Pevidém. Questionou ainda se houve alteração na classificação do caminho de acesso ao Bar Maraus, visto que se prevê a sua pavimentação para 2015. O eleito, Alexandre Marques, estabeleceu comparação deste Plano com o do ano anterior e considerou negativo que fossem retirados alguns propósitos, tais como as parcerias com a Câmara Municipal para a descentralização de espetáculos culturais, a promoção da horta pedagógica e a manutenção dos espaços verdes e arborização de zonas em falta, tendo especificado vários locais onde é necessário plantar árvores. O Presidente da Junta esclareceu o deputado, dizendo que, quanto à 1ª fase do alargamento do cemitério, o objetivo será colocar mais sepulturas na parte nova, referindo que este Executivo está a fazer todos os esforços, nomeadamente, na libertação do terreno, para a Junta. Acrescentou ainda que, a Junta já possui orçamentos para a 2ª fase do alargamento e contará com o apoio da Câmara para esta intervenção. No que diz respeito à pavimentação do caminho que dá acesso ao Bar Maraus, explicou que houve por parte dos proprietários uma cedência ao domínio público e a intervenção que foi feita não teve qualquer custo para a Junta. Por fim, afirmou que o plano de atividades é um plano de intenção para o mandato e se alguns propósitos não estão inscritos no Plano, foi por lapso de impressão.-----

-----O deputado eleito pelo PS, José Lemos, perguntou o que será feito às verbas das Associações que não apresentarem plano de atividades, que tipo de apoio a Junta irá conceder ao Clube Industrial no Campeonato Nacional, em que moldes irá ser feita a comemoração do Dia Mundial da Internet, se está previsto a pavimentação da Urbanização da Lapa e como irá ser feito o alargamento da Rua 1º de Maio. Questionou ainda, sobre a construção do equipamento desportivo na Urbanização do Peixoto. Para esclarecer José Lemos, o Presidente da Junta referiu que a intenção deste Executivo é criar uma comissão com todos os partidos que constituem a Assembleia de Freguesia e elaborar um regulamento para a atribuição dos subsídios às Associações da Vila. Afirmou que no ano de 2015, vai realizar-se o Campeonato da Europa no Clube Industrial e a Junta não poderá deixar de apoiar este tipo de iniciativas, nomeadamente em temas de logística. Quanto à forma de comemoração do Dia da Internet, será com a realização de *workshops* alertando para a problemática do uso desta ferramenta. Referiu ainda que na Urbanização da Lapa será feita uma reparação da via e não a sua

pavimentação; para o alargamento da Rua 1º de Maio/Rua do Burgo e Rua da Ponta do Campo anunciou que houve concordância entre os proprietários para a cedência dos terrenos ao domínio público.-----

-----O eleito da CDU, Manuel Pinto, focou a sua intervenção no PPI, referindo que este Executivo seguiu os conselhos dos eleitos da CDU, ao discriminar o valor dos vários projetos de investimento descrito no PPI. Constatou a ausência da rubrica orçamental sobre a receita de ocupação da via pública (renda do quiosque) e que o saldo da gerência só deveria constar no Orçamento Retificativo. Para esclarecer o eleito da CDU, tomou a palavra o Presidente da Junta, informando que a questão da ocupação da via pública já estava a ser tratada. Explicou a razão de colocar o valor especificamente para as obras, pois o Executivo não pretende ser acusado de falta de clareza, embora, na sua opinião, não haja problema em não estar discriminado no PPI. Referiu ainda que o Orçamento deve refletir uma previsão das receitas e despesas de 2015 e que em abril haverá uma retificação do saldo da gerência a 31 de dezembro. -----

-----Tendo todas as questões apresentadas pelos deputados sido esclarecidas pela Junta, o Presidente da Assembleia pôs à votação o quarto ponto, que foi aprovado, por maioria, com os votos favoráveis dos seis eleitos do PSD e um do PS e a abstenção dos cinco eleitos da CDU e um do PS. -----

-----De seguida, o Presidente da Assembleia colocou à votação os pontos da ordem do dia, para a realização da ata em minuta. Todos os pontos foram aprovados por unanimidade.-----

-----Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, que não registou intervenções. ----

-----Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada e dela se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim, Isabel Machado, que a secretariei, e pelo Presidente da Assembleia, José Campos.-----

O Presidente da Mesa _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____